



## Projeto de Lei Nº 538/2025

DISPÕE SOBRE O DIREITO DO MUNÍCIPE DE RECEBER, POR ESCRITO, TODA E QUALQUER INFORMAÇÃO, ORIENTAÇÃO, DECISÃO OU NEGATIVA EMITIDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Itapevi, no uso de suas atribuições legais, aprova:

**Art. 1º** É assegurado a todo munícipe o direito de receber por escrito toda e qualquer informação, orientação, decisão, negativa ou encaminhamento fornecido por órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, relativamente a serviços, procedimentos, direitos, deveres ou processos administrativos.

**Art. 2º** O direito previsto nesta Lei aplica-se aos órgãos da Administração Pública Municipal direta e, quando compatível com sua natureza jurídica e sem prejuízo da autonomia administrativa, também às entidades da Administração indireta, incluindo autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades que prestem serviços públicos delegados pelo Município.

**Art. 3º** A prestação das informações previstas nesta Lei deverá ocorrer:

I - Preferencialmente de forma imediata, no momento do atendimento;

II - Quando fornecida por meio eletrônico, deverá ser disponibilizada em formato físico caso o munícipe solicite ou não possua acesso ou facilidade de uso de meios digitais.

**Art. 4º** As informações, orientações, decisões, negativas e encaminhamentos deverão ser redigidos de forma clara, objetiva e compreensível, contendo, sempre que possível:

I - Identificação do órgão ou entidade emissora;

II - Identificação do servidor responsável pelo atendimento;

III - Data e hora do atendimento;

IV - Fundamentação ou justificativa, quando se tratar de decisão ou negativa;

V - Indicação precisa do local ou setor competente, quando houver encaminhamento.

**Art. 5º** O documento escrito deverá ser entregue ao munícipe mediante registro, protocolo ou outro meio que comprove a entrega, garantindo-se a preservação de direitos, a rastreabilidade da informação e a segurança jurídica das relações entre o cidadão e a Administração Pública.



**Parágrafo único.** É direito do munícipe requerente obter imediatamente, sempre que solicitado, o nome, função e matrícula de quem está lhe atendendo.

**Art. 6º** O fornecimento por escrito de informações ao cidadão, na forma desta Lei, não exclui a aplicação da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), nem de outras normas de transparência, publicidade e acesso a documentos públicos.

**Art. 7º** Todas as repartições da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, que realizarem atendimento ao público deverão fixar, em local visível, cartaz informativo acerca do direito do munícipe assegurado nesta Lei.

**§1º** O cartaz deverá ter tamanho mínimo de 15 cm x 21 cm, com letras legíveis, em destaque, e ser afixado em área de fácil visualização pelos usuários do serviço público.

**§2º** O cartaz deverá conter, obrigatoriamente e de forma integral, o seguinte texto: "É direito de todos que forem atendidos nesta repartição receber por escrito toda e qualquer informação, orientação, decisão ou negativa de serviços solicitados, bem como o nome de quem está lhe atendendo".

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 04 de novembro de 2025.



Elias Vasconcelos Araújo

Vereador Elias Vasconcelos Araújo



### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir ao cidadão itapeviense o direito de receber, por escrito, toda e qualquer informação, orientação, decisão ou negativa emitida pela Administração Pública Municipal, reforçando os princípios da transparência, legalidade e eficiência que regem a gestão pública.

É dever do Poder Público assegurar que todos os atos administrativos sejam realizados com clareza, publicidade e motivação, de modo que o munícipe compreenda as razões que embasam cada decisão que o afete direta ou indiretamente. Ao formalizar o dever de resposta escrita, esta proposta busca prevenir arbitrariedades, aumentar a confiança do cidadão no poder público e facilitar o controle social sobre as ações administrativas.

Além disso, a medida contribui para a padronização dos procedimentos administrativos, possibilitando que o cidadão tenha documentação comprobatória de suas solicitações, requerimentos e respostas oficiais. Tal prática é essencial tanto para a segurança jurídica do munícipe quanto para a transparência administrativa, permitindo a adequada fiscalização por parte da sociedade e dos órgãos de controle.

Dessa forma, o projeto não impõe ônus significativo ao Executivo, visto que se trata de um aprimoramento das práticas já existentes, alinhado à Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e aos princípios constitucionais da administração pública.

Em síntese, a aprovação desta proposta representa um avanço democrático no relacionamento entre a Prefeitura e os cidadãos, fortalecendo o direito à informação, à transparência e ao respeito nas relações entre o poder público e a população de Itapevi.

Diante da relevância desta matéria, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 04 de novembro de 2025.



**Elias Vasconcelos Araújo**  
**Vereador Elias Vasconcelos Araújo**



### Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itapevi. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=7C3VENG0UB42W8ED>, ou vá até o site <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 7C3V-ENG0-UB42-W8ED**

